



Câmara Municipal de Jaguariúna

SECRETARIA

Processo Nº 120 Exercício de: 2025

Encaminhado pela Presidência
(CMJ) Rodrigo Reis de Souza
em 06/08/25 para
Parecer da Comissão
Recebido [assinatura]

Projeto de Lei Complementar nº 009/25 – Revoga o inciso I do art. 14 da Lei Complementar nº 395/2023, que dispõe sobre a criação da Controladoria Geral do Município – CGM, do Sistema de Controle Interno e dos cargos de Controlador Geral e de Controlador Interno.

Nome: Executivo Municipal

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO
em Sessão de 19/08/25

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO
em Sessão de 02/09/25

APROVADO	
Favoráveis	<u>12</u>
Contrários	<u>—</u>
Abstenções	<u>—</u>
19.08.25	

ATUAÇÃO

APROVADO	
Favoráveis	<u>12</u>
Contrários	<u>—</u>
Abstenções	<u>—</u>
02.09.25	

Aos _____ dias do mês _____ de 20 _____, nesta cidade de Jaguariúna, na Secretaria da Câmara Municipal, autuo o processo acima referido como adiante se vê. Do que para constar, faço este termo.

Eu _____ Secretário, a subscrevi

LIDO EM SESSÃO
DE 09/08/25

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009/2025

Revoga o inciso I do artigo 14 da Lei Complementar nº 395/2023, que dispõe sobre a criação da Controladoria Geral do Município - CGM, do Sistema de Controle Interno e dos cargos de Controlador Geral e de Controlador Interno.

DAVID HILARIO NETO, Prefeito do Município de Jaguariúna, Estado de São Paulo, nos termos do Processo SEI nº 3524709.420.00004174/2025-14,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica revogado o inciso I do artigo 14 da Lei Complementar nº 395, de 14 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Jaguariúna, aos 16 de junho de 2025.

APROVADO EM 19 DISCUSSÃO
em Sessão de 19/08/25

APROVADO EM 22 DISCUSSÃO
em Sessão de 02/09/25

DAVID HILARIO NETO

APROVADO	
Favoráveis	12
Contrários	—
Abstenções	—
19-08-25	

APROVADO	
Favoráveis	12
Contrários	—
Abstenções	—
02-09-25	

Prefeito



Documento assinado eletronicamente por **David Hilario Neto, Prefeito**, em 16/06/2025, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://cidades.sei.sp.gov.br/campinas/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0233040** e o código CRC **0375A920**.



Referência: Processo nº 3524709.420.00004174/2025-14

SEI nº 0233040

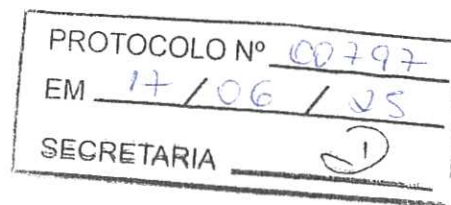
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA****OFÍCIO Nº 046/2025**

Jaguariúna, em 16 de junho de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador

RODRIGO REIS DE SOUZA

DD. Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna



Senhor Presidente,

Submetemos à apreciação dessa respeitável Câmara Municipal, o incluso PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR, que revoga o inciso I, do artigo 14, da Lei Complementar nº 395/2023, que dispõe sobre a criação da Controladoria Geral do Município - CGM, do Sistema de Controle Interno e dos cargos de Controlador Geral e de Controlador Interno e dá outras providências.

A atuação da Controladoria Geral é notoriamente complexa, técnica e estratégica, envolvendo responsabilidades que ultrapassam o ordinário do serviço público. Trata-se de um órgão que lida com informações sensíveis, documentos sigilosos e decisões que impactam diretamente a legalidade e a moralidade administrativa.

Apesar disso, a atual redação do art. 14, inciso I, da Lei Complementar nº 395/2023, estabelece que o servidor só pode receber a gratificação prevista após completar um ano de efetivo exercício. Essa exigência não se sustenta na prática. Ora, se o servidor já está exercendo todas as funções — com a mesma carga de responsabilidade, sigilo e técnica — seria o incoerente e desestimulador só “merecer” a gratificação após um ano.

Logo, tal regra representa um obstáculo real à recomposição do quadro dificultando o preenchimento célere de funções essenciais. A gratificação, como o próprio nome indica, serve para remunerar o exercício das atribuições especiais e não o tempo de casa.



Diante disso, a presente propositura busca a revogação do inciso I, do art. 14, da LC 395/2023, permitindo que o servidor lotado na Controladoria Geral faça jus ao recebimento da gratificação desde o início do exercício das funções, sem carência de tempo mínimo.

A pretendida alteração da LC nº 395/2023 não cria novas despesas ao Município, razão pela qual deixa-se de apresentar estimativa de impacto orçamentário-financeiro.

Esperando contar com a aprovação dessa Casa de Leis, na oportunidade, renovamos a Vossa Excelência e demais Vereadores nossos protestos de consideração e apreço.

DAVID HILARIO NETO

Prefeito



Documento assinado eletronicamente por **David Hilario Neto, Prefeito**, em 16/06/2025, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/campinas/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0232999** e o código CRC **C2D01ADF**.



www.LeisMunicipais.com.br

Versão consolidada, com alterações até o dia 10/04/2025

LEI COMPLEMENTAR Nº 395, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre a criação da Controladoria Geral do Município de Jaguariúna - CGM, do Sistema de Controle Interno e dos cargos de Controlador Geral e de Controlador Interno e dá outras providências.

MÁRCIO GUSTAVO BERNARDES REIS, Prefeito do Município de Jaguariúna, Estado de São Paulo etc, FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei complementar:

CAPÍTULO I

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

DA CONTROLADORIA, DA SUA FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

Art. 1º Fica criada na estrutura administrativa do Poder Executivo, a Controladoria Geral do Município de Jaguariúna, como instituição de natureza permanente e essencial à Administração Municipal Direta e Indireta, vinculada diretamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Compete à Controladoria Geral o exercício da fiscalização da Administração Municipal Direta e Indireta, por meio de seu Sistema de Controle Interno, com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos e ações administrativas, objetivando a avaliação da ação governamental e de gestão, promovendo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Municipal, conferindo apoio e suporte aos órgãos de controle externo no exercício de sua missão institucional.

Art. 3º A Controladoria Geral do Município tem como finalidade essencial promover o controle interno dos órgãos municipais e das entidades da Administração Indireta, bem como, assistir direta e imediatamente o Prefeito no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à prevenção e ao combate à corrupção, à eficiência das políticas públicas, à promoção da ética no serviço público e ao incremento da moralidade e da transparência dos atos e ações da Administração Municipal.

Art. 4º Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado à Controladoria Geral do Município, especialmente, quando este atue no exercício de suas atribuições, e que sejam relativos às atividades de registros contábeis, de auditoria, fiscalização e avaliação da gestão.

§ 1º O agente público que por ação ou omissão causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação da Controladoria Geral do Município, no desempenho de suas funções institucionais, ficará sujeito à pena de responsabilidade administrativa, respondendo, inclusive, nas esferas civil e/ou penal, se



cabível for.

§ 2º Quando a documentação ou informação, a que alude o presente artigo, envolver assunto de caráter sigiloso, será dispensado ao caso tratamento específico, na forma da legislação regente.

§ 3º Os servidores lotados na Controladoria Geral deverão guardar sigilo sobre dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiverem acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os, exclusivamente para a elaboração de relatórios e pareceres destinados à autoridade competente, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal, devendo assinar termo de sigilo, que será arquivado em seu prontuário junto ao Departamento de Recursos Humanos.

Art. 5º À Controladoria Geral do Município, no exercício de suas atribuições, é facultado impugnar, mediante representação ao responsável, quaisquer atos realizados sem a devida fundamentação legal.

Art. 6º A Controladoria Geral do Município de Jaguariúna tem por finalidade normatizar, coordenar, supervisionar, regular, controlar e fiscalizar a operacionalização das atividades de controle interno no âmbito do Poder Executivo, competindo-lhe:

I - avaliar o cumprimento dos programas, metas físicas e financeiras dos planos orçamentários e o atendimento à legislação e às normas que orientam a atividade específica da Unidade controlada;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, podendo emitir relatórios e pareceres de caráter preventivo, concomitante e posterior;

III - comprovar a legalidade dos repasses a entidades do terceiro setor, avaliando a eficácia e a eficiência dos resultados alcançados;

IV - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

V - apoiar o Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional, supervisionando e auxiliando os responsáveis pelas áreas da estrutura administrativa no relacionamento com o Tribunal de Contas Estado, orientando o encaminhamento de documentos e informações, atendimento às equipes técnicas, recebimento de diligências, direcionamento ao responsável para providências e respostas;

VI - em conjunto com as autoridades da Administração Financeira do Município assinar o Relatório de Gestão Fiscal;

VII - atestar a regularidade da tomada de contas dos ordenadores de despesa, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhados;

VIII - implantar o programa de integridade, nos moldes da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

IX - coordenar e orientar o Controlador Interno nas análises das licitações e contratos em andamento, visando a conformidade com as normas e disposições regulamentares vigentes, indicando procedimentos a serem adotados;

X - realizar auditorias, inspeções, visitas, exames e outros procedimentos relativos ao controle interno, podendo avocar procedimentos e processos em curso perante a Administração Pública Municipal, para exame de regularidade, determinando a adoção de providências ou a correção de falhas, bem como comunicando o resultado ao Chefe do Poder Executivo, com proposição das medidas ou



providências cabíveis quanto a eventuais atos e fatos irregulares;

XI - verificar a regularidade da execução da programação orçamentária e financeira;

XII - manter arquivado junto à Prefeitura Municipal todos os relatórios e pareceres elaborados em cumprimento às obrigações dispostas na Constituição Estadual, à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para subsídio da aplicação do disposto na Lei Complementar Estadual nº 709/93;

XIII - acompanhar, para fins de posterior registro no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na Administração Direta e Indireta Municipal, incluídas as fundações instituídas ou mantidas pelo poder público municipal, inclusive as nomeações para cargo de provimento em comissão e designações para quaisquer funções gratificadas;

XIV - realizar as operações de controle interno previstas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

XV - coordenar e acompanhar a implementação de eventuais recomendações apresentadas pelos órgãos de controle externo;

XVI - colaborar na elaboração da prestação de contas anual;

XVII - acompanhar e verificar a realização da prestação de contas do Terceiro Setor, nos termos exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado e demais órgãos de controle externo;

XVIII - acompanhar e verificar a divulgação dos instrumentos de transparência da gestão;

XIX - formular, propor, sugerir, acompanhar, coordenar e implementar ações governamentais voltadas ao combate à corrupção, à correção e prevenção de falhas e omissões na prestação de serviços públicos e na Administração Municipal;

XX - determinar a instauração de processos de apurações e indicar abertura de procedimentos sindicantes, sem prejuízo das demais disposições legais;

XXI - propor ao Chefe do Poder Executivo medidas legislativas ou administrativas, se necessário, por meio de Instruções Normativas, Manuais e sugerir a adoção de medidas necessárias para evitar a repetição de irregularidades verificadas;

XXII - criar mecanismos, diretrizes e rotinas voltadas à fiscalização da aplicação da Lei de Acesso à Informação e ao aperfeiçoamento da transparência, os quais serão de observância obrigatória por todos os órgãos da Administração Pública Municipal e pelas entidades incumbidas da administração ou gestão de receitas públicas, em razão de instrumentos de parcerias;

XXIII - planejar e indicar a regulamentação da atividade de Auditoria Pública, de Controle Interno e de outras matérias afetas à prevenção e ao combate à corrupção e à transparência da gestão, no âmbito da Administração Municipal Direta e Indireta;

XXIV - realizar outras atividades de manutenção e aperfeiçoamento da Controladoria Geral, inclusive, quanto à edição de leis, regulamentos, orientações, instruções normativas e/ou manuais;

XXV - Os procedimentos de aferição, acompanhamento, auditoria e análise de processos e casos de que tratam as disposições da presente lei e, principalmente deste articulado, poderão ser realizados por meio de amostragem.

XXVI - exercer outras atribuições correlatas que lhe forem incumbidas pelo Chefe do Poder Executivo;

Parágrafo único. O descumprimento injustificado das requisições da Controladoria Geral do Município, no prazo assinalado, acarretará responsabilização do agente omitente, com instauração da correspondente Sindicância Investigatória ou Processo Administrativo Disciplinar - PAD, conforme o caso, devendo ser observados, para a definição da penalidade, o impacto social da negativa e a imprescindibilidade das informações negligenciadas, atendidas as diretrizes do devido processo legal.

Art. 7º As competências e prerrogativas da Controladoria Geral do Município estendem-se, no que couber, às entidades privadas de interesse público incumbidas, ainda que transitória e eventualmente, da administração ou gestão de receitas públicas em razão de convênio, termo de parceria, termo de cooperação, contrato de gestão ou quaisquer outros instrumentos de parceria.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 8º Fica criado no quadro geral de cargos do Município de Jaguariúna, fazendo parte do Grupo Ocupacional - Ensino Superior, do Anexo I da Lei Complementar nº 209, de 09 de maio de 2012, o cargo efetivo de Controlador Interno, a ser provido por meio de concurso público, na seguinte conformidade:

Cargo	Quantidade	Requisitos	Grupo	Salário Mensal	Jornada
Controlador Interno	01	Graduação de nível superior em Administração, Ciências Contábeis ou Direito	16	11.187,32	40 horas semanais

Parágrafo único. O corpo técnico da Controladoria Geral do Município e, especificamente, o servidor investido no cargo de Controlador Interno tem por atribuição:

I - executar atividades de controle interno, promoção da integridade pública, bem como, a promoção da gestão pública ética, responsável e transparente na Administração Direta e Indireta da Prefeitura do Município de Jaguariúna;

II - executar auditorias, fiscalizações, diligências e demais ações de controle e de apoio à gestão, nas suas diversas modalidades, relacionadas à aplicação de recursos públicos, bem como, à administração desses recursos, examinando a legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e efetividade dos atos governamentais, em seus aspectos financeiro, orçamentário, contábil, patrimonial e operacional, podendo, inclusive, apurar atos ou fatos praticados por agentes públicos ou privados na utilização de recursos do Município, consoante o disposto no art. 3º desta Lei Complementar;

III - realizar estudos e trabalhos técnicos que promovam o incremento da transparência pública, a participação da sociedade civil na prevenção da corrupção e o fortalecimento do controle social;

IV - executar, sob coordenação do Controlador Geral, atividades de nível superior de planejamento, supervisão, orientação, controle, assessoramento especializado e execução de trabalhos, estudos, pesquisas e análises relacionadas com:

- a) avaliar os controles orçamentários, contábil, financeiro e operacional;
- b) estabelecer métodos e procedimentos de controles a serem adotados pelo município para proteção de seu patrimônio, sob supervisão do Controlador Geral;



09



- c) realizar estudos no sentido de estabelecer a confiabilidade e tempestividade dos registros demonstração orçamentárias, contábeis e financeiras, bem como de sua eficácia operacional;
- d) realizar estudos e pesquisas sobre os pontos críticos do controle interno de responsabilidade dos administradores;
- e) proceder a verificações físicas de bens patrimoniais, bem como, a identificação de fraudes e desperdícios decorrentes da ação administrativa.

V - executar trabalhos de apoio administrativo necessários ao desenvolvimento das atividades da Controladoria Geral do Município, em especial a execução, sob supervisão direta, de análise processual, transcrição de informações para meios magnéticos ou outros, dando formato e produzindo quadros, tabelas, gráficos e relatórios e, no que for cabível, as atividades de execução de tarefas relativas à microinformática, anotação, redação, digitação, recebimento, registro, preparação, distribuição e entrega de documentos, bem como o controle de sua movimentação, procedendo segundo normas específicas rotineiras, para agilizar o fluxo dos trabalhos administrativos.

VI - as atividades e atribuições dispostas no presente artigo não afastam, nem prejudicam as competências insertas no Art. 3º do presente diploma, pois, se completam.

Art. 9º ~~Fica criado, no âmbito da Controladoria Geral e do Município de Jaguariúna, o cargo de Controlador Geral, com status equivalente ao de Secretário Municipal, atendidos os requisitos previstos nesta lei complementar:~~

Denominação	Qtde.	Subsídio	Carga Horária	Requisitos
Controlador Geral	1	12.865,11	40 horas semanais	Graduação de nível superior em Administração, Ciências Contábeis ou Direito

Art. 9º Fica criado, no âmbito da Controladoria Geral do Município de Jaguariúna, o cargo de Controlador Geral, com status e subsídio equivalente ao de Secretário Municipal, atendidos os requisitos previstos nesta lei complementar.

Denominação	Qtde.	Subsídio	Carga Horária	Requisitos
Controlador Geral	1	Equivalente ao de Secretário Municipal	40 horas semanais	Graduação de nível superior em Administração, Ciências Contábeis ou Direito

(Redação dada pela Lei Complementar nº 415/2025)

§ 1º Ao Controlador Interno compete auxiliar o Controlador Geral nas atividades estabelecidas no art. 6º desta Lei Complementar e substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

§ 2º As atribuições do cargo de Controlador Interno, até que seja realizado concurso público para preenchimento de referido cargo, serão desempenhadas pelo Controlador Geral.

Art. 10. A Controladoria Geral é subordinada diretamente ao Chefe do Poder Executivo, devendo o Controlador Geral e o Controlador Interno atender aos seguintes requisitos para investidura em seus cargos, respectivamente:

- I - possuir diploma de graduação de nível superior em Ciências Contábeis, Direito ou Administração;



II - ter idoneidade moral e reputação ilibada, a ser comprovada por meio de certidões negativas correlatas, nos mesmos moldes do Decreto Municipal nº 4.345/2.021.

Art. 11. A Controladoria Geral será chefiada pelo Controlador Geral, que exercerá as atribuições de chefia da unidade, coordenando, supervisionando e implementando as atividades da Controladoria, manifestando-se por meio de relatórios e pareceres destinados à exposição das rotinas executadas, sugerindo a adoção das boas práticas para melhoria e aperfeiçoamento dos procedimentos da Administração.

§ 1º O cargo de Controlador Geral tem a seguinte descrição sumária de suas atribuições:

I - Coordenar, formular, propor, sugerir, acompanhar e implementar ações governamentais voltadas à implantação de modelo para a supervisão técnica do Sistema de Controle Interno, compreendendo o plano de organização, métodos, cronogramas e procedimentos para proteção do patrimônio público, confiabilidade e tempestividade dos registros e informações, bem como a eficácia e eficiência operacionais ao combate à corrupção e à correção e prevenção de falhas e omissões na prestação de serviços públicos;

II - acompanhar procedimentos e processos administrativos em curso em outros órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal;

III - realizar inspeções e avocar procedimentos e processos em curso perante a Administração Pública Municipal, para exame de regularidade, determinando a adoção de providências, ou a correção de falhas;

IV - requisitar procedimentos e processos administrativos já arquivados por autoridade da Administração Pública Municipal;

V - requisitar aos órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal informações e documentos necessários ao regular desenvolvimento dos trabalhos da Controladoria Geral do Município;

VI - requisitar informações ou documentos de quaisquer entidades privadas encarregadas da administração ou gestão de receitas públicas; requisitar, aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, os agentes públicos, materiais e infraestrutura necessários ao regular desempenho das atribuições da Controladoria Geral do Município;

VII - propor medidas legislativas ou administrativas e sugerir ações necessárias para evitar a repetição de irregularidades constatadas;

VIII - criar mecanismos, diretrizes e rotinas voltadas à regular aplicação da Lei de Acesso à Informação e ao aperfeiçoamento da transparência, os quais serão de observância obrigatória por todos os órgãos da Administração Pública Municipal e pelas entidades incumbidas da administração ou gestão de receitas públicas, em razão de instrumentos de parcerias;

IX - regulamentar a atividade de Auditoria, de Controle Interno e de outras matérias afetas à prevenção e ao combate à corrupção e à transparência da gestão, no âmbito da Administração Pública Municipal;

X - suspender cautelarmente procedimentos licitatórios, até o final do procedimento de apuração, sempre que houver indícios de fraude ou graves irregularidades que recomendem a medida;

XI - atuar, por meio da Controladoria Geral, em conjunto com a Secretaria de Governo do Município para assegurar a celeridade e a efetividade dos procedimentos administrativos disciplinares;

XII - assinar todos os relatórios conclusivos, em conjunto com o Controlador Interno.

§ 2º Fica autorizado ao Controlador Geral proceder à regulamentação das ações e atividades da Controladoria Geral, por meio de instruções e orientações normativas que disciplinem a forma de sua atuação e demais orientações.



Art. 12. É vedada a nomeação e/ou designação, para o exercício de qualquer cargo no âmbito da Controladoria Geral, de pessoas que tenham sido nos últimos cinco anos:

I - responsáveis por atos julgados irregulares por decisão definitiva do Tribunal de Contas da União, de Tribunais de Contas Estaduais, do Distrito Federal ou de Municípios; ou ainda, II - punidas em processo disciplinar, com decisão da qual não caiba mais recurso, por ato lesivo ao patrimônio público de quaisquer das esferas de governo;

III - condenadas em processo criminal, por decisão da qual não caiba mais recurso;

IV - condenadas em processo de improbidade de que trata a Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, ou tenham sido responsabilizadas nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, por decisão da qual não caiba mais recurso.

CAPÍTULO III

DAS GARANTIAS E DEVERES DOS INTEGRANTES DA CONTROLADORIA GERAL

Art. 13. São garantidos aos servidores integrantes da Controladoria Geral do Município:

I - independência funcional para o desempenho das atividades de controle interno previstas na legislação em vigor, permanecendo inalteradas as obrigações de subordinação funcional, hierárquica, devidas a seus superiores diretos, bem como aquelas estabelecidas nas normas estatutárias e regimentais;

II - acesso a quaisquer locais, documentos, informações, sistemas de informação e bancos de dados da Administração Municipal indispensáveis e necessários ao exercício das suas funções e da defesa da probidade dos atos da Administração;

~~**Art. 14** Dada a complexidade, multidisciplinaridade, responsabilidade e atividades desempenhadas pela Controladoria Geral, o caráter sigiloso das informações e documentos manejados pelo órgão, à necessidade de constante capacitação funcional, o exercício na Controladoria Geral perceberão, mensalmente, gratificação de valor da gratificação paga ao presidente das Comissões de Sindicância Administrativa Disciplinar, desde que atendidos os seguintes requisitos:~~

↑
Revisão do
art. 14, I

Art. 14. Dada a complexidade, multidisciplinaridade, responsabilidade e atividades desempenhadas pela Controladoria Geral, o caráter sigiloso das informações e/ou documentos manejados pelo órgão, à necessidade de constante capacitação funcional, os servidores lotados e em exercício na Controladoria Geral perceberão, mensalmente, gratificação de controle interno, equivalente a meio salário mínimo vigente, desde que atendidos os seguintes requisitos: (Redação dada pela Lei Complementar nº 411/2024)

I - ter mais de um ano de efetivo exercício junto à Controladoria Geral;

II - possuir formação acadêmica de graduação de nível superior (tecnólogo ou bacharelado) compatível com pelo menos uma das competências exigidas no desempenho das funções da Controladoria Geral.



§ 1º A gratificação a que alude o caput deste artigo é vantagem transitória, não se incorporando para quaisquer efeitos ao vencimento-base, nem sobre ela incidirá quaisquer outras vantagens percebidas, a qualquer título, pelo servidor público.

§ 2º A gratificação não gera direito subjetivo à continuidade de sua percepção, cessando, a qualquer tempo, pela ausência de efetivo exercício das atribuições.

§ 3º A gratificação estabelecida neste artigo será reajustada na mesma data e pelo mesmo índice estabelecido para o vencimento-base dos servidores municipais, quando da ocorrência de revisão geral anual - RGA.

§ 4º A gratificação de que trata o presente artigo não se estende nem se aplica aos servidores ocupantes do cargo de Controlador Geral e do cargo de Controlador Interno, os quais já possuem remuneração condizente com a complexidade dos cargos que ocupam.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. Os órgãos municipais deverão atender, em caráter prioritário, as demandas da Controladoria Geral, ficando, esta, autorizada, com aquiescência do Chefe do Poder Executivo, a requisitar recursos materiais, pessoal e infraestrutura de outros órgãos municipais para a consecução de seus objetivos.

Parágrafo único. As requisições de que trata este artigo, anuídas pelo Chefe do Executivo, são irrecusáveis, devendo os órgãos ou entes destinatários atendê-las no prazo indicado, sob pena de responsabilização.

Art. 16. As atividades da Controladoria Geral desenvolver-se-ão sem prejuízo das atribuições investigativas outorgadas aos diversos setores ou órgãos administrativos para apurar preliminarmente eventuais irregularidades, sendo obrigatória a comunicação ao Chefe do Poder Executivo acerca da instauração, desenvolvimento e conclusão de todo e qualquer procedimento, que venha a ser instaurado com esse fim.

Art. 17. Qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde ou administre valores, bens ou receitas públicas ou pelas quais o Município responda ou que em nome dele assuma obrigações de natureza pecuniária, estará sujeita às normas e procedimentos oriundos da Controladoria Geral do Município.

Art. 18. Os pedidos ou requisições de informações ou processos de conteúdo reservado ou protegidos por sigilo, nos termos da lei, serão formalizados mediante termo de recebimento, sendo necessária a identificação do processo regularmente instaurado, com indicação da finalidade específica, e os dados obtidos deverão permanecer resguardados e sob controle, com acesso restrito, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 19. As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente.

Art. 20. Esta Lei Complementar entra em vigor no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Jaguariúna, em 14 de dezembro de 2023.

MÁRCIO GUSTAVO BERNARDES REIS

Prefeito

Publicada no Departamento de Expediente e Registro da Secretaria de Governo, da data supra.

VALDIR ANTONIO PARISI
Secretário de Governo



Download Anexo: Lei Complementar Nº 395/2023 - Jaguariúna-SP
(www.leismunicipais.com.brhttps://s3.amazonaws.com/municipais/anexos/jaguariuna-sp/2023/anexo-lei-complementar-395-2023-jaguariuna-sp-1.pdf?X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAI4GGM64DHHZJ3HAA%2F20250616%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20250616T180622Z&X-Amz-Expires=900&X-Amz-SignedHeaders=host&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3Danexo-lei-complementar-395-2023-jaguariuna-sp-1.pdf&X-Amz-Signature=ad73206b88d31db3f187b57d4cd94d94e2ebdaebbc65b69f3fd49af70bee9299)

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 15/04/2025



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



ENCAMINHAMENTO À COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS e CONTABILIDADE

Projeto de Lei Complementar nº 009/2025

Ementa: Revoga o inciso I do art. 14 da Lei Complementar nº 395/2023, que dispõe sobre a criação da Controladoria Geral do Município – CGM, do Sistema de Controle Interno e dos cargos de Controlador Geral e do Controle Interno.

Após análise do Projeto pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que concluiu pela Constitucionalidade e Legalidade do Projeto encaminha-se a propositura em questão à Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade para exarar Parecer e prosseguir o feito, conforme dispõe o artigo 96 do Regimento Interno desta Câmara.

Recebi em 14/08/25

Vereador Jorge Luiz de Souza

Presidente

Recebi em 14/08/25

Vereador Geruza Melo do Nascimento Reis

Vice Presidente

Recebi em 14/08/25

Vereador Rafael da Silva Blanco

Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna
Estado de São Paulo



COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

PROJETO 009/2025

DATA: 14/08/2025

PARECER

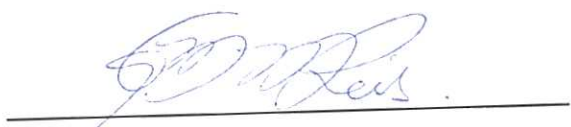
☒ FAVORÁVEL

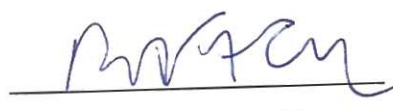
☐ DESFAVORÁVEL

JUSTIFICATIVA: _____

ASSINATURAS


Jorge Luiz de Souza


Geruza Melo do Nascimento Reis


Rafael da Silva Blanco



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



REUNIÃO CONJUNTA DE COMISSÕES PERMANENTES

Projeto de Lei Complementar nº 009/2025

DATA: 13/08/2025

HORÁRIO: 14hs

PRESENTES:

VEREADORA ANA PAULA CRUZ DE OLIVEIRA SAVIOLI (PRESIDENTE DA CCJ E DE OBRAS)

VEREADORA ANA PAULA ESPINA SOUZA MUNIZ (PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E VICE PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ASSUNTOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS)

VEREADOR CLAUDIO ROBERTO ANASTACIO (SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE SAÚDE)

VEREADOR CRISTIANO CECON (SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS e CIDADANIA)

VEREADOR ELCIO SHIYOITI HIRANO (VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SAÚDE)

VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA (PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE, VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS)

VEREADOR JOSÉ MUNIZ (VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS e PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SAÚDE)

VEREADORA MARIA DAS GRAÇAS HANSEN ALBARAN DOS SANTOS (SECRETÁRIA DA CCJ E SECRETÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE).

VEREADORA PRISCILA APARECIDA ADABO (VICE PRESIDENTE DA CCJ E VICE PRESIDENTE DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE)

VEREADOR RAFAEL DA SILVA BLANCO (SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE).

VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA (PRESIDENTE DA CÂMARA)

VEREADORA ROSE FERREIRA LOPES COUTINHO



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



DISCUSSÃO:

O Projeto de Lei Complementar nº 009/2025 foi lido e os Vereadores esclareceram dúvidas sobre o projeto com a participação dos antigos vereadores Luiz Carlos de Campos e Alfredo Chiavegato Neto, que foram convidados para Sessão. Após discussão, aprovaram o projeto, porém com a necessidade de emenda no art. 1º da Lei, assim como encaminharam para a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei Complementar nº 009/2025

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA e REDAÇÃO no Projeto de Lei Complementar nº 009/2025.

Autoria: **PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.**

Parecer: **FAVORÁVEL.**

De iniciativa do Poder Executivo Municipal, o Projeto de Complementar nº 009/2025, que “Revoga o inciso I do artigo 14 da Lei Complementar nº 395/2023, que dispõe sobre a criação da Controladoria Geral do Município – CGM, do Sistema de Controle Interno e dos cargos de Controlador Geral e de Controlador Interno.”

Na Justificativa, Excelentíssimo Prefeito explana sobre a necessidade de retirada do inciso I do art. 14 da Lei Complementar nº 395/2023, uma vez que determina que o pagamento da gratificação aos servidores que exercem a função de Controlador Geral e Controlador Interno, só é concedido após um ano de efetivo exercício. Explica também que essa norma frustra quem desempenha as atividades do cargo, pois já se encarrega desde o início da sua prática atribuições de responsabilidade, sigilo e técnica.

Deste modo, com a retirada do inciso fica autorizado o pagamento da gratificação sem a restrição de tempo mínimo exercido aos servidores.

O Projeto não cria novas despesas ao município, de forma que deixa de apresentar estimativa de impacto orçamentário-financeiro.

É o relatório.

Desta forma, compete a Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, na forma que faculta o Regimento Interno, lavrar parecer a respeito de sua legalidade, oportunidade e conveniência.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei Complementar nº 009/2025

O projeto versa sobre matéria de competência do Município, em razão de interesse local, encontrando amparo no artigo 30, incisos I e VIII da Constituição Federal.

Verifica-se, portanto, que o Projeto de Lei Complementar nº 009/2025, é legal, conveniente e oportuno, estando apto a ser apreciado pelo egrégio Plenário.

Favorável é o parecer.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 14 de agosto de 2025

Pela Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação:

VEREADORA ANA PAULA CRUZ DE OLIVEIRA SAVIOLI

Presidente - Relatora

VEREADORA PRISCILA APARECIDA ADABO

Vice-Presidente

VEREADORA MARIA DAS GRAÇAS HANSEN ALBARAN DOS SANTOS

Secretária



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei Complementar nº 009/2025

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE no Projeto de Lei Complementar nº 009/2025

Autoria: **EXECUTIVO MUNICIPAL**

Parecer: **FAVORÁVEL.**

De iniciativa do Executivo Municipal, o Projeto de Lei Complementar nº 009/2025 que “Revoga o inciso I do artigo 14 da Lei Complementar nº 395/2023, que dispõe sobre a criação da Controladoria Geral do Município – CGM, do Sistema de Controle Interno e dos cargos de Controlador Geral e de Controlador Interno.”

Na Justificativa, Excelentíssimo Prefeito explana sobre a necessidade de retirada do inciso I do art. 14 da Lei Complementar nº 395/2023, uma vez que determina que o pagamento da gratificação aos servidores que exercem a função de Controlador Geral e Controlador Interno, só é concedido após um ano de efetivo exercício. Explica também que essa norma frustra quem desempenha as atividades do cargo, pois já se encarrega desde o início da sua prática atribuições de responsabilidade, sigilo e técnica.

Deste modo, com a retirada do inciso fica autorizado o pagamento da gratificação sem a restrição de tempo mínimo exercido aos servidores.

O Projeto não cria novas despesas ao município, de forma que deixa de apresentar estimativa de impacto orçamentário-financeiro.

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação exarou parecer pela legalidade do projeto, por não encontrar óbices quanto à constitucionalidade.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei Complementar nº 009/2025

É o relatório.

Em relação ao aspecto financeiro, a Comissão de Finanças e Orçamento não encontra óbices, tendo em vista que o objeto da propositura respeita os instrumentos normativos orçamentários vigentes, assim como está alinhado com os dispositivos legais relativos à matéria.

Verifica-se, portanto, que o Projeto de Lei Complementar nº 009/2025, é legal, conveniente e oportuno, estando apto a ser apreciado pelo egrégio Plenário.

Favorável é o parecer.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 18 de agosto de 2025.

Pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade:


VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA

Presidente- Relator


VEREADOR GERUZA MELO DO NASCIMENTO REIS

Vice – Presidente


VEREADOR RAFAEL DA SILVA BLANCO

Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009/2025.

Revoga o inciso I do artigo 14 da Lei Complementar nº 395/2023, que dispõe sobre a criação da Controladoria Geral do Município - CGM, do Sistema de Controle Interno e dos cargos de Controlador Geral e de Controlador Interno.

A Mesa da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte lei complementar:


Art. 1º Fica revogado o inciso I do artigo 14 da Lei Complementar nº 395, de 14 de dezembro de 2024.

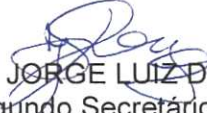
Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal de Jaguariúna, 02 de setembro de 2025.


VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA
Presidente


VEREADORA ANA PAULA CRUZ DE OLIVEIRA SAVIOLI
Vice Presidente


VEREADOR RAFAEL DA SILVA BLANCO
Primeiro Secretário


VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA
Segundo Secretário

Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.


Creusa Ap. Gomes
Diretora Geral



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Ofício PRE n.º 218

Jaguariúna 03 de setembro de 2025

Senhor Prefeito

Encaminhamos a Vossa Excelência, para sanção e promulgação o Projeto de Lei Complementar nº 009/25, desse Executivo – Revoga o inciso I do art. 14 da Lei Complementar nº 395/2023, que dispõe sobre a criação da Controladoria Geral do Município – CGM do Sistema de Controle Interno e dos cargos de Controlador Geral e de Controlador Interno, o qual foi aprovado por unanimidade de votos, em 1ª e 2ª discussões, em Sessões Ordinária realizadas nesta Casa em 19 de agosto e 02 de setembro de 2025.

Atenciosamente,

Rodrigo Reis de Souza

VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA

Presidente

Ao Senhor
David Hilário Neto
Prefeito Municipal
Jaguariúna – S.P.

